

## UM ESTUDO DE CARTAS DE LEITORES DE JORNAL PARA O TRABALHO COM ARGUMENTAÇÃO NA ESCOLA

*Solange Nascimento da Silva (UERJ)*<sup>1</sup>

RESUMO: Nos jornais, de modo geral há um espaço reservado para manifestação do público, que envia cartas e *e-mails* com opiniões, críticas, reivindicações, elogios etc. sobre temas e fatos do cotidiano. As cartas selecionadas para esta pesquisa foram retiradas da seção *Cartas dos Leitores*, do caderno *Opinião*, do jornal *O Globo*, em seu formato impresso. Esse tipo de texto configura-se como um gênero de natureza argumentativa. Neste trabalho, pretende-se expor: a) os fatores que delimitam as cartas de leitores de jornal como um gênero textual específico de caráter argumentativo; b) algumas possibilidades para o estudo desses textos em sala de aula do ensino médio. Considerando essa abordagem, após análise de um grupo de cartas, indicamos alguns elementos próprios do texto argumentativo em sua macroestrutura, destacando tese e argumentos, assim como em seu contexto de produção, levando em conta os propósitos comunicativos. Por fim, relacionamos a análise a uma aplicabilidade do trabalho com esse tipo de cartas no ensino médio, como estratégia produtiva para leitura e produção textual. Essa perspectiva pode favorecer a formação de alunos leitores mais reflexivos e produtores de texto mais eficientes e eficazes. Para isso, as cartas são um bom material, na medida em que o estudante pode interpretar e discutir diferentes pontos de vista sobre temas ligados à sua realidade, assim como formar suas próprias opiniões diante dela, como um exercício de argumentação e cidadania.

### 1) Argumentação

Iniciaremos este trabalho com algumas observações relativas ao estudo da natureza e da estrutura do texto argumentativo, destacando alguns conceitos e teorias. A seleção destes foi condicionada à análise do nosso *corpus* – cartas de leitores de jornal –, procurando não perder de vista os aspectos que podem funcionar melhor como suporte para o trabalho com argumentação no ensino médio.

#### 1.1) Intenção comunicativa e argumentação

Uma das definições mais comuns para a argumentação como modalidade textual se refere à questão da intenção comunicativa. Desse modo, argumentar seria defender um ponto de vista em contraste com outros possíveis, convencer o receptor de que se está com a razão, persuadi-lo ou influenciá-lo, mediante apresentação de razões, dados, exemplos, organizados de maneira coerente e consistente.

O conceito básico de argumentação apresentado em muitas obras é: argumentar é convencer ou persuadir alguém sobre algo.

Argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das idéias e de, gerenciando

<sup>1</sup> Orientada pelo professor Helênio Fonseca de Oliveira (UERJ).

relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça (Abreu, 2006, p. 26).

Desse modo, a primeira relação estabelecida para o conceito tem como base as noções de convencer e persuadir. A primeira normalmente é associada à razão; a segunda, à emoção e à ação.

Do ponto de vista histórico, essa distinção (razão *versus* emoção) vai acompanhar a trajetória dos estudos sobre argumentação, remontando à Antiguidade clássica:

Os gregos já eram conscientes de que “ter influência sobre outrem” não era apanágio da razão, pois o ser humano é igualmente feito de paixões. É por isso que, desde aquela época, distinguia-se o que derivava da pura “ratio”, para a qual devia existir uma técnica demonstrativa suscetível de “dizer a verdade”, daquilo que derivava da “interação dos espíritos”, para a qual devia existir uma técnica expressiva suscetível de “comover e captar” o interesse de um auditório (Charaudeau, 2008, p. 202).

Entretanto, é discutível uma distinção rigorosa entre convencer e persuadir, já que muitas vezes não é simples separar nitidamente razão e emoção. Perelman comenta o problema de considerar sob essa perspectiva uma distinção entre convencimento e persuasão no discurso argumentativo.

Alguns pretenderam opor o discurso que visa convencer ao discurso que visa persuadir [...]. Mas esta maneira de ver supõe uma psicologia das faculdades tornadas obsoletas, a qual consideraria que a razão, a vontade e as emoções estão nitidamente separadas no homem (Perelman, 1987, p. 239).

Para Perelman (1987, p. 234-5), o que merece ser destacado no conceito de argumentação é o caráter de personalidade do discurso e a condição dela ser dirigida a indivíduos (o auditório), dos quais se busca obter a adesão a uma tese, considerando que essa adesão possa acontecer em níveis variados. Nesse sentido, uma argumentação só acontece numa relação entre sujeitos, em que um queira, por meio da linguagem, exercer uma ação sobre o outro.

Além dessas questões, podemos tomar o aspecto da intencionalidade comunicativa no sentido de atuar sobre o outro de formas diferentes, elaboradas de forma consciente ou não. Nesse caso, não basta tomar apenas como base para interpretação “o que foi dito”, mas também “o como foi dito”. Para esse tipo de análise, devem-se levar em consideração os sentidos explícitos e implícitos constituintes do texto/discurso.

É fundamental deixar claro aqui também que o conceito de “intenção” não se prende somente a um caráter psicológico, mas, principalmente, a um caráter linguístico: a intenção deve ser depreendida por uma interpretação, por meio de marcas e de pistas deixadas no texto.

Uma argumentação pode ser totalmente construída com base de pressupostos. Para haver entendimento sobre eles, é preciso tomar ciência do contexto de produção e de recepção do texto, por meio dos elementos linguísticos, como sintaxe e léxico, que levam de alguma forma aos sentidos pressupostos. Na argumentação, isso pode ser usado como indução ao leitor, que poderá tomar os dados pressupostos como incontestáveis para as ideias apresentadas.

Há ainda outros recursos empregados com uma finalidade retórica, destacando informações ou intenções subentendidas no texto, tais como perguntas retóricas, reiteraões, reticências, aspas, negrito ou itálico, travessões etc.

Relacionando essa questão com o estudo das cartas dos leitores, podemos afirmar que esse tipo de texto é bastante propício a confirmar isso, já que o texto com intenção de convencer, persuadir ou influenciar tenderia a trabalhar mais com o recurso dos implícitos, de forma “consciente” ou não. Isso se refletiria ou seria acarretado pela escolha das palavras.

## 1.2) Argumentação e dissertação

Muitas obras tradicionais, didáticas ou não, que abordam o tópico argumentação não estabelecem diferença entre argumentação e dissertação; outras, sim. Iniciaremos o tratamento relacionado à distinção entre argumentação e dissertação com a contribuição de Garcia, no clássico *Comunicação em prosa moderna* (Garcia, 1998, p. 370):

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas “momentos” daquela. No entanto, uma e outra têm características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explanar, explicar ou interpretar idéias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte.

Para Garcia, na dissertação, apenas externamos ideias sobre um assunto, enquanto na argumentação, há um objetivo para além disso: formar ou transformar a opinião do outro. No primeiro caso, não haveria a intenção de combater as ideias do outro. No segundo, pretende-se mostrar, por justificativas, fatos, dados, exemplos etc., que a razão está com o emissor, a fim de influenciar uma outra opinião. Portanto, essencialmente na argumentação temos polêmica, na dissertação, não.

Garcia apresenta um exemplo para ilustrar o conceito de dissertação:

Um professor de filosofia pode fazer uma explanação sobre o existencialismo ou o marxismo com absoluta isenção, dando dessas doutrinas uma idéia exata, fiel, sem tentar convencer seus alunos das verdades ou falsidades numa ou noutra contidas, sem tentar formar-lhes a opinião, deixando-os, ao contrário, em inteira liberdade de se decidirem por qualquer delas (Idem, *Ibidem*, grifos nossos).

A primeira questão que se coloca sobre isso é: será que essa “neutralidade” – no que se refere a não ter intenções comunicativas de ação sobre um leitor – na dissertação é realmente, ou completamente, possível? Será que, quando se expõe uma ideia, necessariamente não se estaria contrapondo em certa medida um ponto de vista em relação a outros, a partir de escolhas? Nesse caso, é preciso situar quais termos estamos considerando para o conceito de argumentação.

É possível considerar a situação de *tentativa* de neutralidade em um determinado discurso. Talvez seja provavelmente essa a perspectiva do exemplo anterior. Porém, a neutralidade absoluta não existe, apesar de se achar em alguns casos o contrário. Isso quer dizer que, quando se opta por algo no discurso, se descarta um tanto de outras considerações possíveis. Podemos nos perguntar: Por que determinadas ideias são descartadas? Elas estariam erradas? Seriam menos adequadas? Seriam incompletas? Não atenderiam aos propósitos da situação comunicativa? Essas questões podem estar implícitas em qualquer discurso, gerando muitos sentidos subentendidos e refletindo uma ideologia.

A partir disso, com base em Koch (2008, p. 17), o ato de argumentar seria o “ato lingüístico fundamental, pois a *todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia*, na acepção mais ampla do termo”. A simples escolha de determinada palavra já pode revelar isso.

Por isso, concordamos com Koch, quando ela defende o caráter desnecessário da distinção entre dissertação e argumentação:

A neutralidade é apenas um mito.

[...]

A aceitação desse postulado faz cair por terra a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de dissertação e de argumentação, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de idéias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção. Também nos textos denominados narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau. (Koch, 2008, p. 17-18)<sup>2</sup>

Portanto, essa distinção não parece fundamental neste trabalho, já que essas cartas expõem ideias e, de uma forma ou de outra, apresentam pontos de vista, adotados como corretos pelo autor ao emitir a mensagem ao leitor.

### 1.3) Argumentação e argumentatividade

Na citação anterior, de Koch, menciona-se o termo “argumentatividade”, como um elemento que pode apresentar-se, inclusive, em outras modalidades que não só a argumentação.

---

<sup>2</sup> A noção de argumentatividade será tratada na próxima subseção.

Por argumentação entendemos uma modalidade de composição textual, com condições e características próprias, com propósitos comunicacionais específicos. Em relação à argumentatividade, podemos destacar o caráter pessoal e intencional do emissor na escolha de determinadas formas, construções e palavras, que expõe, em diferenciados graus, seu posicionamento em relação ao que é tratado. Como na construção de um texto estamos sempre fazendo escolhas, a argumentatividade está presente, em diferentes níveis, nos textos de maneira geral, porque é própria dos processos comunicativos.

Quando interagimos através da linguagem (...), temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (...). É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa (Koch, 2001, p. 29).

Os indivíduos estão constantemente avaliando, julgando, criticando, criando e expondo juízos de valor, de forma explícita ou não. Por meio do discurso, o enunciador expõe intenções e pontos de vista. Isso pode ser apreendido nos textos através de marcas linguísticas, que funcionam como “pistas” para os sentidos, e do contexto comunicativo.

Entretanto, supomos que, em textos na modalidade de argumentação, a argumentatividade se destaca em maior nível, pela própria natureza da composição. Nas cartas dos leitores, por exemplo, isso é muito significativo, por exemplo, manifestando-se nas escolhas lexicais, com uso frequente de sentidos figurados e pejorativos, no uso de ironia, etc.

Portanto, se considerarmos que as escolhas e combinações lexicais e a progressão textual por articulações entre enunciados visam a uma intencionalidade (caráter argumentativo), configurando fatores de coesão e de coerência textuais por meio de marcas linguísticas, chegaremos à ideia de que a argumentatividade está inscrita na própria língua, de acordo com o que propõe a Semântica Argumentativa.<sup>3</sup>

Nessa área de estudo, a linguagem é uma forma de ação, é uma atividade determinante para a construção da argumentatividade. Nesse sentido, a própria linguagem já é argumentativa por si mesma. Portanto, a argumentação, desse modo, é atividade estruturante de qualquer discurso.

#### 1.4) Condições para argumentação

É importante também explicitarmos quais são as condições necessárias para haver argumentação, e se essas são atendidas de modo satisfatório nas cartas de leitores de jornal, a

<sup>3</sup> Em termos básicos, a Semântica Argumentativa se preocupa em analisar a macroestrutura textual, associando os níveis sintático e semântico, e considerando também a análise pragmática interligada à descrição linguística.

ponto de caracterizá-las como texto argumentativo. Para isso, nos baseamos no estudo de Charaudeau (2008).

Em primeiro lugar, é importante levar em conta duas perspectivas distintas: uma que considera elementos extratextuais, e outra que considera elementos intratextuais.

De acordo com a primeira perspectiva, para haver argumentação são necessários:

- a) Uma proposta polêmica, que provoque questionamento quanto à sua legitimidade.
- b) Um argumentador, que, por meio de um raciocínio desenvolvido, busque convencer ou influenciar alguém, tomando uma posição acerca da proposta.
- c) Um sujeito-alvo (ou público-alvo), a quem se queira convencer ou influenciar. Este pode aceitar ou rejeitar, parcial ou totalmente, a argumentação apresentada.

O caráter argumentativo é fundamentado no estatuto da dúvida, do questionamento. Sem isso, não há argumentação. O que pode ser provado, ou aquilo sobre o qual se tem certeza, não podem ser argumentado. “Para as teorias dialógicas, o ‘estopim’ da atividade argumentativa é a dúvida lançada sobre um ponto de vista, que obriga o interlocutor a justificá-lo” (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 55).

Nesse sentido, a proposta, sobre a qual se constituirá uma tomada de posição do argumentador a fim de convencer e/ou persuadir o destinatário, é o elemento primordial para a existência do texto argumentativo. Essa proposta poderia ser entendida como uma problemática, que suscite pelo menos dois lados, posições ou opiniões diferentes.

Assim, de acordo com Charaudeau (2008, p. 206-207), o sujeito argumentante parte em busca de uma racionalidade – que tende a um ideal de verdade – e em uma busca de uma influência – que tende a um ideal de persuasão. Nas cartas de leitores, esse ideal de verdade estará condicionado a representações socioculturais, experiências e conhecimentos, como normalmente acontecem em qualquer produção textual, e a influência se constituirá como um contexto de compartilhar ideias e opiniões com um outro, a fim de que este as aceite e as tome para si também.

Considerando a segunda perspectiva de condição para argumentação, o texto deve apresentar:

- a) Uma tese, explícita ou implícita.
- b) Um ou mais argumentos.
- c) Uma conclusão.

A tese<sup>4</sup> é o enunciado (ou enunciados) que apresenta o ponto de vista do sujeito argumentador sobre a proposta, a problemática ou o tópico polêmico. Para justificá-la ou defendê-la, ele precisa apresentar argumentos (razões, justificativas, exemplos, dados etc.), que conduzirão a uma conclusão.

---

<sup>4</sup> Na próxima subseção, será tratada a distinção entre tema e tese.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a condição de validade fundamental de uma argumentação é que ela seja expressa por uma seqüência coordenada “argumento + conclusão”. A conclusão não é uma reformulação do argumento, pois os dois enunciados são separadamente distintos e avaliáveis (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 55).

Sobre outros aspectos, Charaudeau (2008, p. 220-221) trata da questão da “encenação argumentativa”, em que se configuram determinados componentes para configurar uma “razão persuasiva”, em contraposição a uma “razão demonstrativa” (ligada à lógica argumentativa).

Essa razão persuasiva depende de um sujeito que toma uma posição acerca de certo questionamento, e de uma situação que reflete uma proposta sobre o mundo (tese) inscrita em um quadro de questionamento, configurando assim o “ato de persuasão”. Nesse contexto, o sujeito fará uso de procedimentos discursivos e de recursos linguísticos para atingir seu objetivo de persuasão.

O ato de persuasão, segundo Charaudeau (*ibidem*), a partir de uma ou mais propostas, será composto, portanto, de uma proposição – tomada de posição de um sujeito argumentante, que pode concordar ou não com a proposta, total ou parcialmente, – e de uma justificativa dessa posição – ato de persuasão. Assim, o autor definirá o “dispositivo argumentativo”, composto de: proposta, proposição e persuasão.

O sujeito argumentante também pode mostrar uma posição mais próxima a uma “neutralidade”, em relação a uma não tomada de posição clara, em que o emissor apenas apresenta o quadro de questionamento, sem expor explicitamente seu ponto de vista, somente ponderando sobre prós e contras (Charaudeau, 2008, p. 223-224).

Nesse caso, trata-se de “argumentação ponderada”, quando ele não concorda nem discorda explicitamente, ele apenas pondera sobre a questão. Isso pode dizer respeito a uma situação em que o emissor “confessa” sua “ignorância” sobre o assunto – pelo menos de forma estratégica – ou uma em que o autor deixa a escolha de decisão para o receptor, com base no que é apresentado (Oliveira, 1995).

Charaudeau (2008) destaca que, além de uma tomada de posição em relação a uma proposta – o que acarretaria a apresentação de uma tese –, o sujeito pode apresentar uma posição acerca de sua própria forma de argumentação. Dessa forma, o autor pode apresentar no texto uma linguagem que demonstra um engajamento pessoal explícito, com valorização de aspectos subjetivos, como a ironia, por exemplo, ou o uso de termos conotativos; ou pode se afastar desse tipo de engajamento, adotando uma postura mais objetiva, com uso de frases mais impessoais, com argumentos fundamentados teoricamente, como citações de autoridades no assunto, por exemplo. Esse segundo caso diz respeito à constituição de textos acadêmico-científicos ou didáticos, por exemplo; o primeiro se relaciona mais especificamente com o *corpus* deste trabalho.

As cartas de leitores de jornal manifestam vários traços linguísticos de subjetividade e de engajamento pessoal explícito, principalmente no que concerne à escolha do léxico e à estruturação de enunciados, embora também haja relações implícitas de sentido. Apresentam-se como uma argumentação mais emocional e mais informal, em contraste com o formato

mais “racional” e mais formal que ocorre em editoriais ou textos acadêmico-científicos, por exemplo.

### 1.5) Tema e tese

De acordo com Abreu (2001, p. 32), “um texto argumentativo implica sempre, inicialmente, um tema e um problema”. O autor explica que o tema teria correspondência com o assunto tratado no texto, e o problema se relaciona com um questionamento, dentre vários possíveis, a respeito de algum aspecto desse assunto.

Oliveira<sup>5</sup> trata essa questão com outra perspectiva. Para ele, a relação estabelecida no texto argumentativo, prioritariamente, é problema/solução, em que o primeiro se refere ao tema, e o segundo, à tese. Desse modo, a problemática seria um enunciado, explícito ou não, que traz a polêmica do texto; e a solução seria a tese do argumentador, que apresenta sua opinião ou proposta de resolução para a questão.

Nas cartas de leitores, também é possível considerar tema o problema. A tese seria relacionada ou com a opinião sobre a questão ou com a sugestão de solução para o problema apresentada pelo emissor do texto.

Com isso, não estamos querendo dizer estritamente que tema e problema são exatamente o mesmo, estamos apenas “associando” os dois. O primeiro se relaciona com o assunto tratado, com abordagem específica que configurará o problema; o segundo é apresentado no texto como enunciado, explícito ou não, sobre o qual será desenvolvido o quadro de argumentação. Porém, muitas vezes, não é possível distinguir os dois de forma explícita no texto.

Oliveira (2000, p. 177) elucida essa questão:

[...] a proposta é [...] uma entidade teórica, não realizada concretamente no texto, não sendo relevante identificar-lhe a orientação argumentativa, ou seja, quando implícita, ela se confundiria com o tema do texto, podendo por isso verbalizar-se na análise textual sob a forma de um sintagma nominal [...]. Um dos sentidos de *propos* em francês é precisamente o de “tema”. À *propos de X* significa “a respeito de X”, “sobre o tema X”.

A tese refletirá o caráter polêmico e dialógico da argumentação, ao apresentar um ponto de vista sobre uma questão (tema/problema) que suscita necessariamente outros pontos de vista diferenciados.

*Tese* é uma assertiva de cuja veracidade o argumentador deseja persuadir outra pessoa. Para que uma assertiva seja uma tese – e por conseguinte para que exista argumentação – é preciso que o argumentador a veja como algo polêmico (Charaudeau, 1992, p. 783 apud Oliveira, 1999).

---

<sup>5</sup> A ideia reportada a Oliveira diz respeito a estudo desenvolvido com turma do Doutorado em Língua Portuguesa na UERJ, na disciplina Descrição do Português Contemporâneo, em 2008.



No desenvolvimento desse “quadro argumentativo”, podem entrar concessões, que refletem esses pontos de vista, diferenciados da tese do argumentador, mas que são neutralizadas pelas restrições, que se apresentam como argumentos a favor da tese do argumentador.

### 1.6) Argumento

A base para a argumentação é a fundamentação de um ponto de vista por meio de argumentos. A coerência e a consistência dos argumentos residem essencialmente na evidência. Para Garcia (1998), essa evidência seria uma certeza a que se chega pelo raciocínio ou pela apresentação de “provas”. Para o autor, seriam cinco tipos básicos de “provas”: fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos e testemunho de autoridade.

Nas cartas dos leitores, os fatos são comumente utilizados nos textos como argumentos para determinadas ideias, até porque muitos desses textos tratam de fatos ou situações noticiadas no jornal. Eles funcionam como argumentos por conta de sua inquestionabilidade, como evidência e acontecimento. Porém, a interpretação e a organização desse tipo de elemento podem ser trabalhadas como estratégias para induzir o leitor à determinada conclusão.

O argumento é enunciado com vistas a uma conclusão (ou tese), como já explicitado, que é sua razão de existir, em uma relação indissociável, configurando a argumentação, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 53):

Seja uma seqüência de enunciados {E1, E2}. Essa seqüência é argumentativa se podemos parafraseá-la por pelo menos um ou vários dos enunciados seguintes “E1 apóia, sustenta, motiva, justifica... E2”; “E1, portanto, donde... E2”; “E2, visto que, sendo dado que... “E1”.

Nesse sentido, o argumento apresenta-se na forma de um enunciado que legitima outro, o qual constitui a conclusão.

No processo de argumentação, determinado argumento pode ser contestado. Nesse caso, ele próprio precisa ser defendido, adquirindo *status* de tese ou conclusão e sendo defendido por subargumentos em relação à tese inicial. Essa estrutura pode ser apreendida na forma de um esquema de hierarquias de teses no corpo do texto, em que um segmento pode funcionar ao mesmo tempo como tese para um outro e como argumento para um terceiro.

Uma noção também utilizada em relação à construção do texto argumentativo diz respeito à ideia de força. Os argumentos seriam, assim, dotados de uma força, sendo mais fortes e mais fracos. Em vista disso, traçam-se estratégias argumentativas, como finalizar o texto com o argumento mais forte, com o objetivo de defender a ideia de forma definitiva, para causar impacto no outro, a fim de convencê-lo mais facilmente. Porém, essa ideia é imprecisa e relativa, pois esse valor se delimita em um contexto, que levará em conta muitas variáveis, de acordo com o auditório e com o objetivo.

Esta [a força dos argumentos] é certamente vinculada, de um lado, à intensidade de adesão do ouvinte às premissas, inclusive às ligações utilizadas, de outro, à relevância dos argumentos no debate em curso. Mas a intensidade de adesão e, também, a relevância, estão à mercê de uma argumentação que viria combatê-las. Por isso a força de um argumento se manifesta tanto pela dificuldade que haveria para refutá-lo como por suas qualidades próprias (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005, p. 524).

Relacionada à noção de força, estabelece-se de forma fundamental a noção de ordem. A questão da ordem dos argumentos, sob diversos pontos de vista, tem preocupado teóricos há muito tempo. Pois, muitas vezes, não é simplesmente o valor de cada argumento por si só que torna a argumentação eficiente, mas, fundamentalmente, sua disposição no texto, por isso ela nunca é indiferente.

Pensando que, em essência, a ordem dos argumentos é pensada em vista de um auditório, é preciso levar em conta os aspectos favoráveis a este.

Três pontos de vista, pelo menos, podem ser adotados na escolha da ordem persuasiva: o da situação argumentativa, ou seja, da influência que terão, sobre as possibilidades argumentativas de um orador, as etapas anteriores da discussão; o do condicionamento do auditório, ou seja, das modificações de atitude geradas pelo discurso; enfim, o das relações suscitadas, no auditório, pela apreensão de uma ordem no discurso (Idem, 2005, p. 556-557).

Determinadas marcas linguísticas e escolhas lexicais vão ajudar a compor essa ordem e as ênfases necessárias, colaborando para a construção da força argumentativa. Esses elementos colaborariam para “sublinhar certos momentos do desenvolvimento argumentativo para estabelecer uma hierarquia nos argumentos [...] e, por conseguinte, despertar a atenção do locutor [...]” (Charaudeau, 2008, p. 246). Citamos alguns exemplos:

- \* “É preciso *ressaltar* que...”
- \* “Um outro ponto *merece atenção*...”
- \* “*Não poderíamos deixar* de destacar...”
- \* “*Reconheçam* que esse ponto é *surpreendente* e que...” (Idem, Ibidem)

Os argumentos, nesse sentido, comporiam uma escala, com uma gradação, para composição da orientação argumentativa.

## 2) Cartas de leitores como gênero textual argumentativo

Nas cartas dos leitores, mesmo que haja um ou outro enunciado descritivo ou uma breve narração de um fato, de modo geral percebe-se um propósito argumentativo, já que o leitor que escreve tem o intuito de apresentar seu ponto de vista, defendendo-o em relação a outros possíveis.

Um aspecto importante na contextualização desse tipo de produção diz respeito à identificação dos elementos que caracterizam as cartas de leitores do jornal como um gênero textual específico, diferente da carta comum. Considerando seu formato geral, alguns aspectos já a diferenciam da carta propriamente dita, tais como: não há identificação de cidade e data no alto do texto; o texto pode apresentar ou não um título; não há indicação de destinatário; ao final, além do nome, vêm a cidade e a data de origem. Além disso, procuramos identificar outros elementos, como o estatuto dos participantes, o quadro de espaço e tempo, o meio, a temática e a função, privilegiando os dois últimos.

Algumas considerações são importantes para compor o caráter histórico e social que irá situar o gênero: o produtor do texto, o receptor, o lugar, a época, a função do texto, o meio. No caso das cartas, temos a figura do produtor, um leitor que se posiciona em relação a algum tema; o receptor, que pode abarcar todos os leitores do jornal como também uma autoridade ou personalidade específica; o lugar, no caso o Brasil ou o estado; a época, o momento atual – normalmente as cartas se reportam a temas noticiados na semana –; a função, que pode ser reclamar, denunciar, discordar, apoiar, elogiar, parabenizar etc.; o meio (canal), o jornal impresso.

Além desses elementos, marcas linguísticas também devem ser consideradas na análise de um gênero, até porque essas marcas (organização dos enunciados, estruturas sintáticas, léxico etc.) são indissociáveis de uma caracterização ligada ao gênero, e também à função do texto e ao tipo de discurso.

Nesse gênero fica clara a relação entre produtor e receptor do texto. Há determinação de quem fala (com o nome divulgado ao final da carta, como é comum mesmo já no gênero carta) e a quem se fala (que podem ser os leitores de maneira geral ou a pessoa envolvida no fato ou no tema comentado). Os “direitos e deveres” dos interlocutores correspondem, juntamente com determinados “saberes”, a papéis: o do remetente, que é o de participar da discussão, apresentando um ponto de vista, contribuindo para a reflexão a respeito de algo; e o do leitor, que também é o de participar da discussão, mas se informando, se conscientizando sobre esse algo. “Falar de papel é insistir no fato de que cada gênero de discurso implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as suas determinações possíveis” (Maingueneau, 2004, p. 70).

Isso também tem relação direta com o atendimento de certas expectativas comunicacionais. Assim, por exemplo, não se espera que, no espaço das cartas no jornal, o leitor dê uma receita ou faça uma descrição detalhada do fato discutido ou ensine algo; também não se espera que se comente um fato particular da vida do leitor ou de um fato ocorrido há dez anos; não é muito comum a discussão de temas que não sejam ligados ao nosso cotidiano político, econômico ou social. Essas expectativas colaboram para facilitar a interpretação dos textos.

### **3) As cartas de leitores em sala de aula do Ensino Médio**

Estudar e produzir textos argumentativos com base em diferentes gêneros textuais é fundamental para que o estudante tenha condições de entrar em contato com formas diferenciadas de defender um ponto de vista e entender seu mundo de maneira mais reflexiva, como também de se posicionar diante de sua realidade como indivíduo social, como cidadão.

Uma das formas significativas em que se pode verificar um posicionamento linguístico do cidadão frente ao mundo é no espaço do jornal dedicado à publicação de cartas dos leitores, onde eles podem se manifestar textualmente sobre e para a sociedade em que vivem. Fazer com que os alunos analisem esse tipo de texto propicia que eles tomem conhecimento de uma oportunidade de cidadania e democracia, com a possibilidade de atuação direta sobre a realidade pela linguagem.

É possível sugerir duas atividades básicas para o trabalho com esse material em sala de aula. Uma atividade prática em sala de aula no ensino médio seria a análise do texto de forma geral, sua função, sua organização e os propósitos do autor, com destaque para a delimitação social do gênero, identificando seus elementos constituintes. Assim, após o momento de tomar ciência do fato e/ou da ideia discutidos nas cartas dos leitores, ou seja, de se informar sobre o tema debatido, o aluno faria uma leitura orientada dos textos com o professor, participando de discussões sobre os pontos de vista apresentados e sobre as formas diferenciadas de apresentação do mesmo.

Após isso, a turma poderia enumerar os elementos colaborativos para o sentido dos textos: o papel dos interlocutores na situação comunicativa, a função do texto, o quadro de espaço e tempo delimitado, o meio de divulgação. O objetivo, com isso, seria o aluno desenvolver a capacidade leitora, a partir de uma perspectiva do conceito do gênero, ampliando, assim, as possibilidades de interpretação textual com atenção à construção do espírito crítico.

Com isso, ele se torna capaz de discutir sobre os diversos papéis na sociedade e a construção de si próprio como cidadão, capaz de opinar, questionar, argumentar etc., atuando efetivamente em seu mundo, tendo a linguagem como uma poderosa ferramenta.

Outra atividade que poderia ser desenvolvida dá ênfase à habilidade de produção textual, a partir da discussão prévia, da formação de opiniões e da organização de ideias, priorizando a fase de planejamento do texto anterior à escrita propriamente dita.

Após tomar conhecimento do fato ou da notícia, os alunos poderiam ler e discutir as cartas de leitores sobre um assunto específico em comum, grifando os trechos que traduziriam o tema, a tese e os enunciados relativos à fundamentação do ponto de vista do autor do texto, não deixando de analisar também a forma como isso é apresentado, assim como a escolha das palavras utilizadas. Um exercício possível também seria a substituição de algumas palavras por sinônimos e a discussão sobre os efeitos de sentido gerados, considerando a questão da adequação vocabular em contextos discursivos diversos.

Após isso, deveria ser feita uma pesquisa sobre o tema em outros jornais ou na internet, para que os alunos possam formar sua opinião com base em diferentes abordagens. Por fim, após ter acesso a fontes de informação variadas e diversos pontos de vista, eles teriam condições de produzir cartas posicionando-se acerca do tema, que poderiam, inclusive, ser enviadas ao jornal.

O objetivo desse exercício seria praticar a produção de texto argumentativo de maneira mais fundamentada, consciente e crítica, menos automatizada, conforme modelos de redação tradicionais trabalhados na escola, em muitos casos esvaziados de sentido. Com isso, não se quer dizer que é improdutivo trabalhar puramente com os modos de organização textual (descrição, narração e dissertação). Pelo contrário, um trabalho não deve substituir o outro.

Como defende Oliveira (2007), devem ser analisados e produzidos em sala de aula, conjuntamente, gêneros e modos de organização textual, de forma equilibrada e crítica.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 9. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coord. da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca. “Prós” e “contras” ou a argumentação ponderada. Congresso da Associação dos Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL/RIO). 3º, 1994. *Anais...*, Rio de Janeiro, ASSEL/RIO, 1995.

\_\_\_\_\_. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso. In: GÄRTNER, Eberhard et al. (Eds.). *Estudos de linguística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000.

\_\_\_\_\_. Conjunções e argumentação em português. Rio de Janeiro, 1999. (Trabalho utilizado como material didático em um minicurso ministrado na UERJ em 2001.)

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In: VALENTE, A. (Org.). *Língua portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. v. 11.

\_\_\_\_\_; OLBRECHTS-TYTECA. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.